



Resolução do DN apóia a política econômica de Lula

Presidente recomenda paciência

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e vários ministros estiveram presentes à primeira reunião do Diretório Nacional do PT após a posse. Em seu pronunciamento, Lula aproveitou para pedir a compreensão de todos, alertando que as mudanças não acontecem com a velocidade que se gostaria. No entanto, é mais importante que os passos sejam dados de maneira consistente.

O presidente destacou ainda que considera importante que o PT mantenha autonomia em relação à administração federal, mas que se lembre também que faz parte do governo, e reiterou que as propostas de reforma da Previdência e tributária serão apresentadas ao Congresso Nacional ainda no primeiro semestre.

Além de Lula e do presidente nacional do PT, José Genoíno, também falaram na abertura da reunião o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, e o ministro da Segurança Alimentar, José Graziano.

Palocci, por exemplo, reafirmou o compromisso do governo com a estabilidade da economia e mencionou uma série de indicadores positivos registrados desde o início deste ano (leia texto na pág. 7)



Genoíno abre a primeira reunião do DN após a posse de Lula, que contou com a presença de Lula e ministros



Palocci fala durante a reunião do DN, que aprovou resolução de apoio à política econômica do governo Lula



PRIMEIRA REUNIÃO APÓS A POSSE DE LULA SE TORNARÁ “UM MARCO”, DIZ GENOÍNO

A reunião do Diretório Nacional do PT aprovou, no último dia 15, uma resolução que apóia os rumos da política econômica adotada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, voltada à retomada do crescimento econômico.

“Esta reunião será um marco no nosso partido. Nossa tarefa central e primordial é o sucesso do governo Lula. Nosso compromisso e a nossa consciência é de que somos um time, e o PT sempre ganhou quando foi um time”, afirmou o presidente nacional do PT, José Genoíno. Segundo ele, a reunião ocorreu em um clima “de alto nível”.

Foram apresentadas três propostas a resolução. A vencedora, defendida pelo senador Aloizio Mercadante (SP), teve 54 votos. A proposta defendida pelo terceiro vice-presidente do PT, Valter Pomar, recebeu 13 votos. O texto apresentado pelo secretário nacional de Formação Política, Joaquim Soriano, obteve 8 votos. Houve 2 abstenções.

“O Brasil está criando as condições para mudar também na economia. Com coragem e determinação, o governo vem tomando as medidas necessárias, mesmo que duras, para que o Brasil possa ingressar num novo ciclo, de crescimento econômico, geração de emprego, estabilidade econômica e — ingrediente inédito — distribuição de renda. Este é o ano para colocar a casa em ordem”, diz um trecho da resolução aprovada.

A resolução (leia a íntegra nas págs. 5 e 6) faz ainda considerações sobre o modelo de política econômica adotado pelo governo e também sobre as reformas previdenciária, tributária e política que deverão ser apresentadas ao Congresso Nacional. Essas reformas, diz o texto, devem ser prioridades neste ano.

Também foi aprovada a realização de dois seminários sobre a reforma da Previdência e sobre a política econômica e desenvolvimento do país. Os seminários serão realizados pela direção do partido, pelos integrantes do governo e pelas bancadas do PT e não têm poder deliberativo.

Genoíno afirmou ainda que não houve nenhuma discordância sobre o papel do PT no governo Lula. O presidente do PT também mencionou a indignação com a ação militar dos Estados Unidos contra o Iraque e destacou o combate ao crime organizado, lembrando o assassinato do juiz-corregedor Antonio José Machado Dias, morto a tiros em Presidente Prudente, interior de São Paulo.

PT não será apêndice do Planalto, diz Genoíno

O presidente nacional do PT, José Genoíno, afirmou em entrevista ao *PT Notícias* que o partido vai apoiar o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas sem ser um “apêndice” do governo.

“O PT, para ser de fato uma alternativa democrática da esquerda, precisa apoiar o governo Lula sem ser apêndice do Planalto”, afirmou. Neste sentido, segundo Genoíno, a reunião do Diretório Nacional foi “histórica”.

A discussão sobre o apoio à política econômica recebeu contestações, mas foi aprovada com emendas. “As opiniões divergentes foram afinadas na reunião”, disse o presidente do PT. Leia, a seguir, a íntegra da entrevista.

Qual o balanço da primeira reunião do Diretório Nacional após a posse de Lula na Presidência?

O balanço é muito positivo. Foi uma reunião histórica.

O PT amadureceu, o resultado das urnas e as alianças que construímos nos mostraram isso. A reunião foi o reflexo do período de comemoração da vitória e de montagem do governo, é o momento de definições político partidárias que guiarão nosso trabalho.

A resolução de apoio à política econômica recebeu contestações dentro do PT. Isso era esperado?

Sim, a divergência de idéias e o debate fazem parte da história e da essência do PT. Assim como a unidade de ação, que defendemos e respeitamos nos mais de 20 anos em que estivemos na oposição. Agora, é o momento de afinarmos os instrumentos democráticos construídos durante esses anos para mantermos o debate, o respeito às posições e a ação unitária de parlamentares e militantes do PT. As opiniões divergentes foram afinadas na reunião e a

resolução que obteve a maioria dos votos acabou, ao final dos debates, incorporando emendas das correntes com representatividade no Diretório Nacional.

O sr. tem dito que o PT é “100% governo”, mas manterá sua autonomia (recomendação feita também pelo presidente Lula). Como unir coisas aparentemente distintas?

O Diretório Nacional liberou pela realização de seminários sobre a reforma da Previdência e as instâncias partidárias estão mobilizadas para prosseguirem com o trabalho de construção do PT, formação política e discussões institucionais. O PT, para ser de fato uma alternativa democrática da esquerda, precisa apoiar o governo Lula sem ser apêndice do Planalto. Atingiremos nossos objetivos incentivando as discussões e mantendo a dinâmica que marcou nossa história.

Como o sr. pretende trabalhar com as bancadas no Congresso nas propostas que hoje dividem o partido?

Com convencimento, com diálogo franco e programático. Teremos que tomar decisões difíceis em alguns momentos e, para o bem do país e especialmente da população mais carente, estamos empenhados neste trabalho. O resultado da reunião do Diretório Nacional é o guia mestre que nos pauta neste sentido. O que pensamos e defendemos é público. O Brasil não pode mais conviver com disparidades sociais sendo um país tão rico em recursos naturais. Os partidos com representatividade no Congresso sabem disso. Em sua hancada, a direção do PT não abre mão da unidade de ação.

A reformulação da Comissão Executiva Nacional ajudará neste trabalho?

A reformulação foi exatamente com este objetivo. Os

membros que a deixaram ocupam postos estratégicos no governo e certamente não teriam condições de se dedicar integralmente ao partido. Esse entendimento é geral e todos os dirigentes estão dedicados a esta tarefa.

Em sua primeira reunião, a nova CEN vai definir as atribuições das secretarias. O que deve mudar?

O Brasil vive um novo momento e nossa avaliação está expressa na resolução aprovada pelo Diretório Nacional. O governo está tomando seu rumo e o PT tem a tarefa de ampliar suas bases no país. Uma Executiva Nacional coesa e afinada dará conta deste momento. Estamos empenhados em dois desafios: conduzir este gigante que é o Brasil e ampliar o número de municípios que administramos, assim como nossas bancadas de vereadores. Em 2004 teremos muito mais o que comemorar.

OPINIÃO

Vinte anos da “cidade vermelha”

A cidade de Diadema está comemorando 20 anos desde que o PT assumiu sua prefeitura pela primeira vez, em fevereiro de 1983. Após a redemocratização do Brasil, trata-se de um caso raro de permanência do mesmo partido à frente de um governo municipal. De lá para cá, já são quatro gestões petistas, inclusive a atual. O PT elegeu o metalúrgico Gilson Menezes em 1982, o médico Ze Augusto em 1988, e eu, que tive a honra de ser eleito pelo partido por duas vezes, em 1992 e 2000.

Quando o PT chegou à prefeitura, na primeira eleição de que participou, Diadema era puro abandono: um terço da população vivia em favelas e mais de 80% das ruas eram de terra. Vinte anos depois, a cidade está quase totalmente asfaltada e, de seus 98.140 domicílios, 92,2% têm rede de esgoto, 99% têm rede de água e 99,6% têm coleta de lixo, segundo o Censo 2000, do IBGE.

Com uma população composta majoritariamente por migrantes, Diadema tem a segunda maior concentração populacional do país, com 11.650 habitantes por quilômetro quadrado. Seus 357 mil habitantes são servidos por uma abrangente rede de saúde, educação e assistência social e, o mais importante, participam ativamente da vida e dos destinos

da cidade.

Lá no início, o chamado “modo petista de governar” tinha como princípios básicos a inversão de prioridades e a participação popular. Foi com base neles que começamos a transformar Diadema, conquistando o respeito e a aprovação de seus cidadãos. Muito aprendemos desde então. Mas nossos valores permanecem; reafirmamos a cada dia nossos compromissos com a eficácia, a democracia, a ética e a austeridade na administração pública.

E bem verdade que, no começo, fomos vítimas da desconfiança, do preconceito e até mesmo do boicote por grande parte da elite e da mídia não só da cidade, mas de todo o Brasil. Afinal, durante três anos fomos a única prefeitura do PT no país. Mas as presenças e cobranças sempre exerceram um papel duplo e contraditório: como nunca recebíamos nenhum elogio e parecíamos sempre em débito, vencido

o estresse da indignação pelo tratamento injusto, isso acabava sendo um treinamento adicional para as ações administrativas e políticas de nossa equipe. Era mais uma universalidade — ideológica — para equacionar nosso desempenho.

Aprendemos então a dar respostas e realizar ações concretas e eficazes. Aprendemos

a ser governo; um governo exigente, nunca totalmente satisfeito com o que realizou. Conseguimos vencer esses obstáculos e muitos outros. É bem verdade que, para isso, contamos com condições sociais favoráveis. Diadema nasceu de um plebiscito, em 1958, e sua história é marcada pelos movimentos populares e pela participação de seus trabalhadores nas lutas operárias da década de 70, que projetaram Lula e os sindicalistas do ABC paulista.

Com o PT na prefeitura, essa tradição serviu de base para a constituição do Orçamento Participativo e dos diversos conselhos gestores da saúde, da educação, dos transportes, dos direitos da criança e do adolescente, entre outros. O movimento popular passou da fase das reivindicações para um patamar de organização e cidadania que se traduz na elaboração de propostas e de controle social sobre a gestão pública.

Essas duas décadas de administração local mostram, antes de tudo, que o PT é bom de governo e que quem conhece prefere o PT. Nas eleições, o reconhecimento da cidade às gestões do partido converteu-se em sucessivas vitórias. Em Diadema, Lula ganhou as quatro eleições presidenciais que disputou. Em 2002, Diadema

deu-lhe a maior votação do Estado de São Paulo nas cidades com mais de 50 mil eleitores.

Agora, com a chegada de Lula à Presidência, o PT assume em nível nacional os dois objetivos que cumprimos em Diadema: governar bem, isto é, dar respostas concretas e eficazes aos anseios da população, e iniciar um profundo e amplo processo de construção de uma nova sociedade, solidária, igualitária, humana, radicalmente democrática e, portanto, socialista.

Convenhamos, não são tarefas fáceis. Com certeza, toda a equipe presidencial está empenhada no primeiro objetivo, que é condição preliminar, mas não suficiente, para a consecução do segundo.

Ao falar em 20 anos, recordo-me das previsões não confirmadas de Sérgio Motta, quando dizia que os tucanos tinham um projeto de 20 anos para o Brasil. Vou torcer e, mais do que isso, trabalhar e fazer a minha parte para que o presidente Lula inicie um processo bem-sucedido de governos do PT no Brasil, para que nosso país possa comemorar, daqui a 20 anos, as conquistas que hoje nossa “cidade vermelha” celebra.

José de Filippi Jr. é prefeito de Diadema. Publicado pela Folha de S. Paulo em 10/3

ESTADOS

Governador de Roraima filia-se ao PT

O governador de Roraima, Flamarion Portela, assinou no último dia 18 de março sua ficha de filiação ao PT. Ele afirmou que pretende, com a mudança de partido, fortalecer seus vínculos com o governo federal e levar todo o apoio possível ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Tenho um perfil muito afinado com o do PT. Acredito no compromisso de Lula em fazer um governo diferente, voltado às massas necessitadas. E é esta a minha luta também. Vamos engajar nossas fronteiras para resolver os problemas do Estado e do país”, disse.

Portela deixou o PSL (Partido Social Liberal), partido pelo qual se elegeu vice-governador em 1998 e governador neste ano, com o apoio do PT. O “namoro” com o Partido dos Trabalhadores vem desde antes da campanha eleitoral do ano passado e amadureceu agora, após intensas discussões do governador com seus assessores e aliados.

Um dos fatores que auxiliaram sua decisão foi a possibilidade de fortalecimento político. “Em Roraima sempre houve grupos trabalhando segmentados. Somos pequenos e fracos, o que inviabiliza trabalhos de vulto. Isso deve mudar a partir de agora”, afirmou Portela.

“Minha filiação também irá fortalecer ainda mais a união do governo estadual com o governo federal”, diz. Dentre os projetos que são realizados com apoio da União, Portela cita a questão da agricultura familiar e da produção de grãos.



O governador de Roraima, Flamarion Portela

O governador aposta no crescimento do PT em Roraima após sua filiação. Ele diz já ter sido contatado por vereadores, prefeitos e por um deputado federal de partidos diversos que manifestaram interesse em se filiar ao PT.

Atualmente, o PT do Estado conta apenas com um deputado estadual (Antônio Bezerra), que é líder do governo na Assembleia Legislativa, e um vereador (José Paulo de Souza) no município de Caracae.

Portela aposta que a base de apoio da bancada de Roraima ao presidente Lula também deve aumentar. “Fizemos uma grande aliança que resultou em oito parlamentares (entre deputados e senadores) do nosso lado, de um total de 11. Essa base tende a se ampliar, significando um percentual expressivo de congressistas para auxiliar o governo federal a implantar as reformas necessárias”, conclui.

Biografia

Portela nasceu em Coreá, no interior do Ceará. Mudou-se para Roraima em 1983, em busca de emprego. Filiou-se ao extinto PTR, partido pelo qual elegeu-se vereador em Fortaleza em 1992. Dois anos depois, já no PPB (resultado de fusões do PTR com outros partidos), foi eleito deputado estadual.

Entrou no PSL em 1998, quando recebeu o convite para sair candidato a vice-governador de Roraima. Venceu e ocupou o cargo até o ano passado, quando disputou e ganhou, ainda pelo PSL, o governo do Estado, com o apoio do PT.

Governo Lula e seu modelo

Os 60 dias de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva têm provocado controvérsias tanto à esquerda quanto à direita. À esquerda porque esta quer — como queremos todos os que somos desta posição — mudanças imediatas e eficazes: exercício global da soberania, melhoria do desempenho da economia e melhor distribuição de renda.

À direita, a controvérsia vem da perplexidade de quem imaginava que o PT significava desordem econômica imediata, e agora é obrigado a dizer a contragosto: “Bem o que nós faríamos?”

Em função da promoção dos “cortes” orçamentários que, na verdade, foram mera declaração formal de que parte da receita simplesmente não existia, a perplexidade mais se ampliou por uma motivação ideológica: em função da opção pela estabilidade econômica como um valor superior, neste período, à aceleração do crescimento econômico.

Presume-se uma certa continuidade das políticas do presidente Fernando Henrique, mas impulsionada por uma opção política de fundo: criar as condições para transitar “em ordem” para um outro modo de inserção internacional e de desenvolvimento econômico e social. Um modelo com taxas

de crescimento superiores e sustentadas combinadas com distribuição de renda e com o resgate da dívida social.

Para nós, duros críticos do governo anterior, não é fácil adotar as medidas que seriam as mesmas aceitas pelo ex-ministro Pedro Malan, agora originárias das nossas próprias mãos. Mas o ministro Palocci não as produz por si mesmo: representa o governo Lula, o que faz lembrar que os ataques, portanto, a Palocci são ataques ao nosso governo.

Mesmo que não seja esta a intenção dos críticos, independentemente de onde vierem, as críticas batem no governo, enquanto totalidade vinculada a um programa e a um projeto nacional.

Ninguém concorda com os juros altos, ninguém concorda com as restrições orçamentárias. Ninguém concorda, também, com a redução da expectativa do crescimento econômico, crescimento este que o programa de governo do presidente Lula sugere como meta estrutural. Mas o problema é saber se as mudanças são puramente originárias de uma decisão política ou se elas devem lastrear-se em novas condições objetivas.

O problema que enfrentamos — construção de um novo modelo de desenvolvimento — não é somente do PT ou da

frente que governa o país. É um desafio universal, relacionado com os países que, subjugados por uma política selvagem de ajuste fiscal, não têm uma experiência anterior para orientar o seu trânsito. Um trânsito difícil, de um modelo socialmente perverso, para outro de crescimento sustentado e inclusão social.

Todas as experiências conhecidas vieram através de graves rupturas sociais, com as consequências que conhecemos. Se o governo atual é um governo reformista dentro dos marcos da democracia republicana e representativa, se esta é a etapa em que nos encontramos — seja a reforma considerada “tática” ou “estratégica” — a discussão sobre o projeto econômico, que não parta deste princípio, é uma discussão de surdos.

Tenho sustentado que a chamada esquerda do PT — auto-referência autoritária, já que se presume que o resto seria a direita do PT — tem dado contribuições para que o pragmatismo não sufocasse a utopia. Hoje, porém, o que se coloca para nós é o mesmo que é exigido para qualquer regime, capitalista ou não: como fazer, quando se está no governo, no momento em que a segurança e a previsibilidade, independentemente da nossa vontade, são o centro de qualquer polí-

tica econômica? Como fazer, sem perder as condições de governar dentro da democracia?

Fazer, em consequência, prevendo os sucessivos cenários que se desdobrarão a partir de qualquer ação de governo. Sem perder a governabilidade e o apoio do amplo espectro social que elegeu Lula e deve governar conosco.

Sem responder a esta indagação, fica fácil atacar o governo, mesmo porque as intenções, até as mais generosas, não conseguiram apontar como sair do atual pragmatismo responsável com equilíbrio e previsão.

Construir meticulosamente as saídas concretas para reduzir a taxa de juros e não estar vulnerável à volatilidade do capital externo — para fazer a economia florescer novamente — eis a nossa tarefa central, mais imediata, de cuja resolução depende o futuro do nosso projeto e do país que queremos construir.

Este é o verdadeiro debate de quem quer construir: combinar o bendito direito de crítica com a defesa de políticas que apontem o caminho da mudança.

Tarso Genro, ministro, é secretário do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Publicado pelo jornal O Globo em 10/3

PT NOTÍCIAS **CUPOM DE ASSINATURA**

O PT Notícias é o jornal quinzenal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. A partir de agora, algumas notícias e matérias da última edição serão disponibilizadas no Portal do PT.

No site, os internautas terão uma pequena amostra da edição do jornal, já que o mesmo é distribuído por meio de assinatura anual.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.
 2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo - Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)
 3) Cobrança bancária.
 4) Cartão de crédito:
 Visa Mastercard Diners
 Número do cartão: _____
 Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

Sim, eu quero assinar o PT Notícias

Nome: _____
 Endereço: _____
 Profissão: _____ Tel: _____
 CEP: _____ Cidade: _____
 Estado: _____ CPF: _____
 E-mail: _____

Sexo: Masculino Feminino
 Filiação ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo
 Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana
 CEP 04117-091 - São Paulo - SP
 Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PT notícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
 José Genro

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
 Ozeas Duarte

EDIÇÃO
 Ralph Machado - MTB 21.131

REDAÇÃO
 Claudio Cezar Xavier, Priscila Lambert e Walter Veniani

DIAGRAMAÇÃO
 Sandra Luiz Alves

APOIO ADMINISTRATIVO
 Ana Troccoli

FOTOS
 Agência Brasil, Heloisa Balbani, R. Parizoti e Cesar Ogata

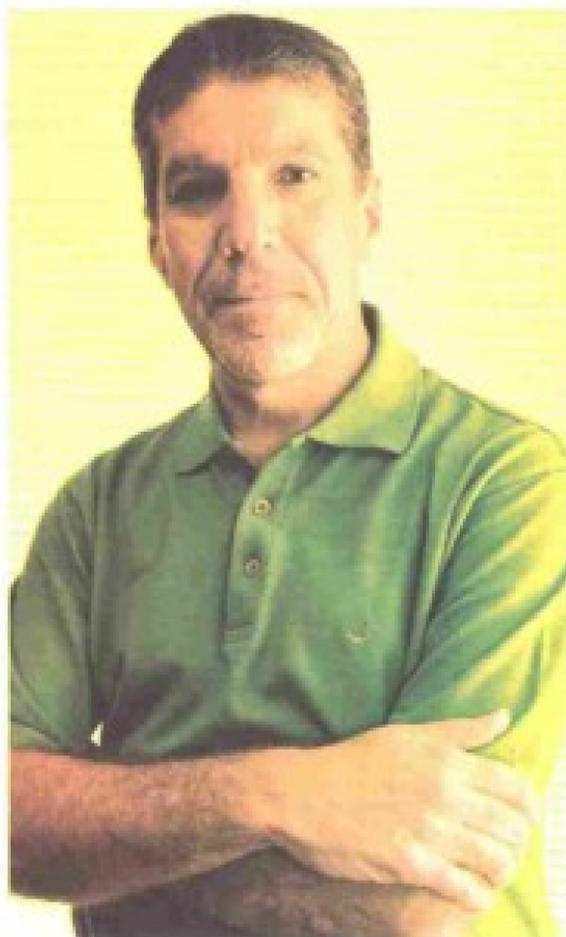
ILUSTRAÇÃO
 Vicente Mendonça

SEOP
 Rua Silveira Martins, 132, São Paulo, SP, CEP 010-9-000
 Tel.: (11) 3243-1313
 Fax: (11) 3243-1349
 E-mail: pnot@pt.org.br
 Página na internet: www.pt.org.br

Tiragem: 8.000 exemplares
 Fotolitos e Impressão: Antipress

PARTIDO

DN reestrutura Executiva Nacional



A prefeita Marta, que assume a primeira vice-presidência do PT, e o deputado Bittar, novo secretário-geral

REFORMULAÇÃO SUBSTITUI DIRIGENTES QUE FORAM PARA O GOVERNO LULA; MARTA SUPLICY ASSUME A PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA DO PARTIDO

O Diretório Nacional do PT aprovou no último dia 16 a reformulação da Comissão Executiva Nacional. As modificações foram feitas para reorganizar a CEN devido à ida de vários integrantes para postos no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Duas das mudanças, porém, são habituais, devido à alternância das lideranças nas bancadas do partido no Senado e na Câmara — representadas agora, respectivamente, pelo senador Tião Viana (AC) e pelo deputado Nelson Pellegrino (BA).

A prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, assume a primeira vice-presidência e, pelo Estatuto do PT, passa a ser a substituta imediata do presidente José Genoíno. Com a mudança, ingressa na CEN Gleber Nairne, membro do Diretório Nacional.

O deputado federal Jorge Bittar (RJ) passa a ser o secretário-geral, em substituição ao ministro Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência). Em substituição aos ministros Humberto Costa (Saúde), Benedita da Silva (Assistência Social), Marina Silva (Meio Ambiente) e Ricardo Berzoini (Previdência), ingressam Paulo Ferreira, Conceição Nascimento, Dalva Figueiredo e Francisco Campos.

As mudanças ocorrem também nas secretarias nacionais do PT. Dalva, ex-governadora do Amapá, assume a secretaria de Assuntos da Federação, antes ocupada por Bittar. Paulo Ferreira substitui, na secretaria de Assuntos Institucionais, a Vicente Trevas, subchefe de Assuntos Federativos da Casa Civil.

O deputado distrital Chico Floresta (DF) e Humberto de Jesus também substituem dirigentes que foram para o governo federal — respectivamente, João Bosco Senra e Rodrigo Abel. Já o deputado federal Paulo Delgado (MG) passará a atuar como adjunto na secretaria de Relações Internacionais, apoiando o senador Aloizio Mercadante (SP).

Na reunião do DN, o presidente nacional do PT, José Genoíno, destacou a importância da renovação da CEN e afirmou que, já na próxima reunião, serão definidas as atribuições das secretarias. Além da criação da secretaria extraordinária do Fome Zero, a reunião do DN aprovou ainda a instalação de três novas secretarias, de Cultura, Direitos Humanos e Pessoas Portadoras de Deficiência.

Segundo Genoíno, as mudanças foram feitas por consenso, sem voto contrário e abstenções. "Não houve disputa entre os membros do governo ou do partido", disse, explicando que houve a preocupação que os membros do governo não ocupassem cargos executivos do partido, em nível nacional, para simbolizar a autonomia partidária.

Fundação

A reunião do DN também aprovou mudanças na Fundação Perseu Abramo. O novo presidente é Hamilton Pereira. Ricardo Azevedo passa a ser vice-presidente. Selma Rocha e Flávio Jorge, que eram do conselho, passam para a diretoria. No conselho, ficam Luiz Dulci, que deixou a presidência da fundação, e Zilah Abramo, que antes era membro da diretoria.

Pereira afirmou que o principal desafio da fundação neste momento será sintonizar sua agenda com a agenda do PT para que se torne possível, por meio do diálogo com a sociedade brasileira, contribuir para o êxito do governo.

"A fundação ganha uma nova dimensão, como o partido ganha uma nova dimensão. A um partido nacional como o PT deve corresponder uma fundação nacional, com presença e atividade nas diversas regiões do país. Por isso, a fundação ganha um alcance muito maior", afirmou Pereira, escritor, poeta e ex-secretário da Cultura do Distrito Federal na gestão de Cristovam Buarque.

A nova Comissão Executiva Nacional

Presidente	José Genoíno
Líder no Senado	Tião Viana
Líder na Câmara	Nelson Pellegrino
1º Vice-Presidente	Marta Suplicy
2º Vice-Presidente	Pomenio Pereira
3º Vice-Presidente	Valter Pomar
Secretaria Geral	Jorge Bittar
Secretaria de Finanças	Delúbio Soares
Secretaria de Organização	Silvio Pereira
Secretaria de Formação Política	Joaquim Soriano
Secretaria de Relações Internacionais	Aloizio Mercadante
Secretaria de Movimentos Populares	Jorge Almeida
Vogal	Conceição Nascimento
Vogal	Dalva Figueiredo
Vogal	Francisco Campos
Vogal	Gleber Nairne
Vogal	Heloisa Helena
Vogal	José dos Reis Garcia
Vogal	Maria Eunice Wolf
Vogal	Marlene Rocha
Vogal	Paulo Ferreira

Secretarias com direito a voz, sem direito a voto

Agrária	Comissão Provisória Agrária
Assuntos da Federação	Dalva Figueiredo
Assuntos Institucionais	Paulo Ferreira
Combate ao Racismo	Martys das Chagas
Comunicação	Ozeas Duarte
Juventude	Humberto de Jesus
Meio Ambiente e Desenvolvimento	Chico Floresta
Mobilização	Francisco Campos
Mulheres	Conceição Nascimento
Sindical	Heiguiberto Navarro

PT atinge 401.103 filiados

O Partido dos Trabalhadores, que concluiu o recadastramento iniciado em 2002 no último dia 15 de fevereiro, contabiliza agora 401.103 filiados. Somente entre os dias 15 e 28 de fevereiro, foram recebidas cerca de 2.000 correspondências, com 76.980 cadastros de filiados — em todo o ano passado, haviam sido recebidos 75.931 cadastros.

O resultado do trabalho demonstra o esforço de dirigentes em todos os níveis para consolidar definitivamente o Cadastro Nacional de Filiados do PT e atingir a meta estabelecida no 12º Encontro Nacional, realizado em Recife em 2001, de chegar a 400 mil filiados — entre novos e recadastrados.

O Núcleo Nacional de Carteiros da Sorg (Secretaria Nacional de Organização) realizou um mutirão na sede nacional, em São Paulo, para conferir e encaminhar para digitação as fichas dos filiados. Devido ao grande volume de cadastros, o núcleo estima terminar o processamento das carteiras até a metade de abril.

PED

A reunião do Diretório Nacional aprovou também a decisão de alterar a data da PED (Processo de Eleição Direta) do PT, que estava marcado para setembro de 2004. Devido às eleições, foi aprovado o adiamento do PED para maio de 2005.

O DN também aprovou a criação de um grupo para preparar o PT para a sucessão de 2004, nos moldes do GTE (Grupo de Trabalho Eleitoral) de 2000 e do NAE (Núcleo de Acompanhamento Eleitoral) de 2002.



Estudantes que receberam bolsas do governo cubano cumprimentam Lula e Clara Charf na reunião do DN

Dez petistas recebem bolsas para estudar em Cuba

Dez petistas de sete Estados (SP, DF, PB, CE, GO, RS e AP) foram selecionados para o programa de concessão de bolsas de estudo para a Escola Latino-Americana de Medicina, em Cuba, e segui-

ram para aquele país no último dia 15.

Segundo Clara Charf, membro do coletivo de Relações Internacionais do PT, desde 1999 o governo cubano oferece as bolsas a estudan-

tes carentes por meio de diversos partidos, entidades de movimentos sociais e associações culturais da América Latina e do Caribe.

"É uma excelente oportunidade que se dá aos jovens

de baixa renda. A escola forma médicos de altíssima qualificação profissional, que, ao regressarem a seus países, ajudarão no trabalho comunitário", diz Clara, que participou da seleção dos alunos.

Bittar assume secretaria

Um partido na sustentação do governo Lula e, ao mesmo tempo, aberto para manifestações de todos os militantes. Esse é o PT que o deputado federal Jorge Bittar (RJ), novo secretário-geral nacional do partido, pretende ter no próximo período.

"Essa reorganização da Executiva tem a ver com o desafio de posicionar o partido para sustentar o governo do PT. Isso implica em algumas ações como construir relações com Poder Executivo, para que os dirigentes sejam o elo de ligação com o governo", disse Bittar, que substitui Luiz Dulci, atual secretário-geral da Presidência da República.

Outra questão que o novo secretário-geral avalia como importante é a construção de um relacionamento com a base parlamentar petista na Câmara e no Senado. "Também precisamos garantir uma grande coesão da base política

de sustentação do governo, que envolve outros partidos", afirmou.

Para o deputado, o PT, ao mesmo tempo em que deve sustentar o governo Lula, precisa também garantir todo o espaço necessário para que os militantes possam discutir os rumos do governo. "Essa nova Executiva tem de fortalecer a cultura democrática, disseminar informações precisas e criar condições para que os militantes possam expor suas opiniões", disse.

Bittar, engenheiro eletrônico, foi vereador no Rio de Janeiro de 1993 a 1999, quando assumiu mandato como deputado federal (está no segundo). Na Câmara, ele será o relator do Orçamento da União para 2004, o primeiro elaborado pelo governo Lula, e pretende iniciar já a discussão da proposta. É o organizador do livro "O modo petista de governar", lançado em 1992.

PARTIDO

Secretaria acompanha o Fome Zero

ÓRGÃO DO PT
PRETENDE ATRAIR
SOCIEDADE PARA
O PROGRAMA DO
GOVERNO LULA

A reunião do Diretório Nacional do PT aprovou a criação da Secretaria Extraordinária para o Acompanhamento do Fome Zero. Para assumir a nova secretaria, foi nomeada a socióloga Marlene Rocha, ex-secretária-geral-adjunta do PT. "A criação da secretaria foi a forma que o PT encontrou para auxiliar na luta contra a fome, que é a prioridade absoluta do governo federal", afirmou o presidente do PT, José Genoino.

Conforme explicou Marlene, a tarefa da secretaria será a de mobilizar prefeitos, vereadores, diretórios municipais e estaduais e garantir que as prefeituras petistas implementem as políticas do Programa Fome Zero — projeto prioritário do governo Lula. Para isso, a nova secretaria deverá trabalhar em conjunto



Marlene Rocha, que assume a secretaria extraordinária

com outras secretarias (Movimentos Populares, Assuntos Institucionais e Organização).

Marlene também terá a função de realizar seminários estaduais e auxiliar na criação de secretarias do Fome Zero em âmbitos estadual e municipal. "Vamos chamar sindicatos, igrejas e ONGs para contribuir na atuação e no debate sobre o combate à fome

e na constituição dos conselhos regionais de segurança alimentar", disse.

O governo já criou uma central de atendimento para esclarecer sobre o programa. O serviço funciona das 8h às 20h, pelo tel. 0800 707 2003.

O PT vai propor aos partidos aliados a criação de um comitê pluripartidário para auxiliar na mobilização da so-

ciiedade para o Fome Zero. A iniciativa partiu de uma conversa entre Marlene e o assessor especial da Presidência Frei Betto.

De acordo com ela, a idéia é estimular os outros partidos a, como o PT, mobilizarem suas militâncias em torno do combate à fome, auxiliando o governo federal na ação do Mutirão Contra a Fome e a Miséria. "Queremos transformar o mutirão num grande movimento nacional como foi a campanha 'O petróleo é nosso', na década de 70", afirmou Marlene. "O governo tem a tarefa de conchamar, mas falta um ator na sociedade para organizar. Este é o papel que o PT pretende ter, mas há outros partidos que podem desempenhar conosco esta função."

Marlene, 43 anos, é membro do Diretório Nacional do PT e está no partido desde sua fundação. Participou da fundação do PT no Paraná, seu Estado natal, e ocupou funções diversas dentro do Diretório Nacional. Tem origem política no movimento da

Leia as resoluções

Resolução 001/03 — Programa Fome Zero

O Presidente Lula, acertadamente, elegeu o combate à fome como prioridade número um de seu governo e criou Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar — MESA, que tem a tarefa de colocar em prática um programa que foi inspirado no Projeto Fome Zero, lançado em 2001 pelo Instituto da Cidadania, depois de um ano de debates com especialistas e entidades ligadas à segurança alimentar no Brasil e no exterior.

O Fome Zero abrangerá um amplo leque de ações que poderão ser implantadas tanto pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar quanto por outros ministérios, dada a transversalidade do Programa e o objetivo de garantir quantidade, qualidade e regularidade no acesso à alimentação e um contingente de 46 milhões de brasileiros que não tem segurança alimentar.

Do ponto de vista político, a própria realidade tem demonstrado que os problemas da fome no país possuem causas estruturais — falta de emprego, os salários baixos, a concentração de renda, a falta de políticas agrícolas e o aumento de preços dos alimentos.

O PT sempre defendeu que:

1. para resolver a fome no Brasil é preciso associar o objetivo da política de segurança alimentar com estratégias de desenvolvimento econômico e social que garantam equidade e inclusão social;

2. é necessário um novo modelo econômico que privilegie o crescimento com distribuição de renda, de modo a recuperar o mercado interno do país com geração de emprego, melhoria dos salários e recuperação e poder aquisitivo do salário mínimo;

3. é indispensável implantar políticas diretas para atender às famílias necessitadas que diariamente sofrem pela fome e pobreza.

O Programa Fome Zero do Governo Lula propõe uma política de Segurança Alimentar para o Brasil que tome como base a associação de três grupos de políticas:

1. Políticas estruturais, voltadas para as causas mais profundas da fome e da pobreza: Políticas de Emprego e Renda, Reforma Agrária,

Previdência Social Universal, Incentivo ao Micro Crédito, apoio à Agricultura Familiar, Política Agrícola;

2. Políticas específicas, que devem atender diretamente às famílias que não tem regularidade necessárias: Programa bolsa-escola e renda mínima, cartão alimentação, merenda escolar, estoque de segurança, combate à desnutrição materno-infantil, restaurantes populares, cestas básicas emergenciais e ampliação do programa alimentação do trabalhador;

3. Políticas locais, que podem ser implantadas imediatamente através das prefeituras e da sociedade: restaurantes populares, canais alternativos e de comercialização, convênios com supermercados e sacolões, cooperativas de consumo, incentivo à produção para o auto-consumo, venda direta ao produtor.

Nenhuma dessas políticas aplicadas isoladamente vai obter os resultados esperados se não houver a mobilização da sociedade em torno desse propósito. Nesse sentido o Presidente da República tem convidado a sociedade a engajar-se em um Mutirão Social Contra a Fome e há um interesse em ser protagonista deste desafio.

O Partidos dos Trabalhadores reconhece e apóia o esforço do Ministro José Graziano e de sua equipe para a implementação do programa tão inovador e se propõe em ser o articulador dessa mobilização, construindo um grande movimento nacional de luta contra a fome por inclusão social e conscientização. Uma campanha educativa que não transforme as famílias beneficiadas em dependentes de mendicância alimentar, mas que lhe garanta o acesso à educação popular, alfabetização, saúde, emprego e renda.

Esta campanha deve incluir outros partidos, entidades assistenciais, de educação popular, ONGs, conselhos comunitários, sindicatos, etc.

Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores
São Paulo, 15 de março de 2003

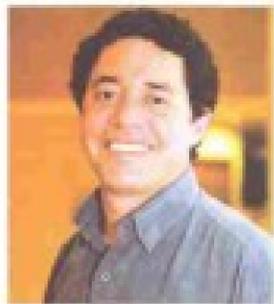
Juventude indica novo secretário nacional

O coletivo de Juventude do PT indicou, em fevereiro, Humberto de Jesus para dirigir a Secretaria Nacional de Juventude em substituição a Rodrigo Abel, que assumiu cargo no governo federal.

Humberto aponta como principais desafios a organização da juventude petista para inserção nos movimentos sociais. "Esta é a melhor forma de contribuirmos para o governo Lula e promovermos a apli-

cação do projeto do PT para a juventude", avaliou. Segundo ele, as prioridades do governo Lula para a juventude devem ser as políticas públicas de reforma educacional e geração de emprego.

O petista foi membro da Executiva Nacional da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e secretário estadual da Juventude do Diretório do PT no Estado de São Paulo.



Reformas são objetivo, diz Ferreira

O novo secretário nacional de Assuntos Institucionais do PT, Paulo Ferreira, apontou como tarefa prioritária e imediata a articulação dos prefeitos do PT para acompanhar as discussões decisivas sobre as reformas, especialmente a tributária e da Previdência.

A secretaria, diz Ferreira, ganha importância porque o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende fortalecer os municípios e a sua relação com o governo federal. "Nossa política será no sentido de concretizar aquilo que, durante 20 anos, o PT teve como proposta", disse.

Ferreira vai elaborar ainda um projeto estratégico para o acompanhamento das gestões municipais. O trabalho incluirá a preparação do PT para as eleições de 2004.

Ferreira ressaltou que será um desafio suceder o ex-secretário Vicente Trevas. "Todo o talento do Trevas e de sua equipe foi fundamental para que a secretaria atingisse um patamar de reconhecimento até para fora do PT."

Licenciado em história, Ferreira, 44 anos, é vice-presidente do Diretório Estadual do Rio Grande do Sul, cargo que deve deixar.



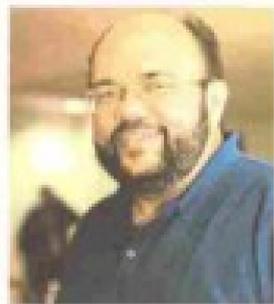
Dalva reúne contribuições dos Estados

A nova secretária nacional de Assuntos Federativos do PT, Dalva Figueiredo, disse que pretende reunir contribuições dos governos estaduais do PT para as reformas que o governo federal pretende aprovar ainda neste ano.

"A secretaria vai dar uma boa contribuição no sentido de discutir as reformas da Previdência, tributária e política, chamando os diretórios regionais, os governos, os movimentos sindicais", avaliou. Dalva defendeu que os governos apoiados pelo PT participem do debate.

"Uma coisa é formularmos as políticas sem estarmos no governo. A outra é colocar em prática os vários projetos, as políticas que foram definidas, e fazer uma avaliação permanente. Esse exercício do governo com a burocracia, com as dificuldades financeiras, com orçamento apertado, com funcionalismo público que tem suas reivindicações são experiências importantes e que devem ser socializadas no debate", disse.

Dalva, ex-governadora do Amapá, disse ainda que irá incorporar discussões desenvolvidas pelo antecessor, o deputado Jorge Bitar (RJ).



Para Chico, Smad será independente

Independência e autonomia devem ser palavras-chave na nova gestão da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Smad) do PT em relação ao governo Lula, afirma o deputado distrital Chico Floresta (DF), novo secretário. "Seremos críticos quando necessário, assim como procuraremos contribuir com propostas alternativas e sugestões", disse.

Segundo ele, "a Smad não apenas foi fundamental na elaboração do programa de governo, como também na montagem do próprio governo, por meio de indicação de pessoas em postos-chave da política ambiental". O dirigente petista lembrou que a ministra Marina Silva já foi secretária de Meio Ambiente do PT.

O novo secretário afirma que será necessária uma articulação ainda maior com as secretarias Agrária e de Movimentos Populares. "Este trabalho conjunto será fundamental para manter uma proximidade vigorosa com os movimentos sociais", disse.

Chico Floresta é engenheiro florestal, atuou no movimento sindical e foi secretário de Meio Ambiente do governo Cristovam Buarque.



Delgado vê PT pronto para diálogo

O deputado federal Paulo Delgado (MG), novo secretário-adjunto de Relações Internacionais, diz que o PT está preparado para fazer o diálogo das três vertentes diplomáticas — a governamental, a parlamentar e a partidária.

O primeiro documento que o PT deve respeitar para orientar a ação de governo é a Constituição. "Nesse aspecto, os princípios que regem as relações exteriores do Brasil, nunca foram tão reafirmados internacionalmente de maneira tão sólida e concentrada num curto espaço de tempo como nos dois meses do governo Lula", afirmou.

Ele cita a atuação em conflitos na Venezuela e na Colômbia, a viagem de Lula a Davos e o apelo formulado ao secretário-geral da ONU (Organização das Nações Unidas), Kofi Annan, para uma conferência aberta para discutir a crise no Iraque.

"Hoje, a posição da diplomacia brasileira é fundamental para manter o sistema das Nações Unidas. O Brasil deve ser visto como uma potência média e cuja formulação diplomática mais permanente é o pacifismo e a autodeterminação", afirmou.

Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores
São Paulo, 15 de março de 2003

Resolução 002/03 — Programa Fome Zero

O Diretório Nacional do PT designa a dirigente Marlene da Rocha para através da Secretaria Extraordinária para o Acompanhamento do Fome Zero, que junto com as Secretarias de Movimentos Populares, Mobilização e SNAI, desenvolver as seguintes tarefas:

1. Chamar a Sociedade para o Movimento Nacional de Combate a Fome e pela Inclusão Social;

2. Mobilizar as instâncias partidárias (Comissões Provisórias, Diretórios Regionais e Municipais, Prefeituras e Vereadores), estimulando o engajamento no Movimento Nacional de Combate à Fome e pela Inclusão Social;

3. Promover seminários e conferências para o debate e formulação de políticas de combate à fome;

4. Estimular os militantes partidários assumirem, junto aos demais partidos e entidades da sociedade, o engajamento na constituição dos Conselhos operativos do Programa Fome Zero — COPOS, bem como os Programas de Ação Todos pela Fome Zero — PRATOS;

5. Fazer a articulação das políticas partidárias junto ao Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar — MESA.

Diretório Nacional do Part do dos Trabalhadores
São Paulo, 15 de março de 2003

I N T E G R A

Leia a resolução sobre conjuntura

DIRETÓRIO NACIONAL DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES
RESOLUÇÃO SOBRE CONJUNTURA
O BRASIL COMEÇA A MUDAR

I - Articulação política e política internacional

1 - Com a posse de Lula na Presidência da República e com o governo do PT e de seus aliados, o Brasil já começou a mudar. São altas as expectativas e esperanças do povo brasileiro em relação às mudanças para uma vida melhor. Devem ser ainda maiores as nossas responsabilidades para que não frustremos as esperanças do povo. Temos a chance histórica de mudar o Brasil objetivando alcançar uma sociedade justa, coesa e de construir um sentido de nação. Todos sabemos que o nosso governo herdou um quadro de crise na economia, um quadro de dilaceração social e um quadro de fragilidade e até de desmantelamento do Estado em várias áreas da esfera administrativa. Durante o período eleitoral, as elites conservadoras imputaram a uma possível vitória de Lula um potencial de agravamento de crise e de desgoverno. Para dirimir desconfianças, tivemos que fazer uma transição pactuada e assumimos o governo com estreita margem de manobra tanto na política quanto na economia. Com dois meses de poder, o governo mostrou que é capaz de buscar consensos, construir pactos, garantir a governabilidade. Lula assumiu o governo com um quadro internacional em franca deterioração, marcado pelo unilateralismo e belicismo do governo norte-americano. Quadro marcado pela crise da ONU, incapaz de apontar soluções para os conflitos do Oriente Médio. A possibilidade da guerra dividiu os países europeus e mergulhou a aliança da Otan numa crise sem precedentes. Os Estados Unidos provocam um tensionamento com o mundo árabe cujo desfecho, embora imprevisível, certamente será trágico. Todos esses conflitos levam a economia mundial para os caminhos da recessão. Na América Latina, o cenário também é de crise econômica e política. A Colômbia está mergulhada numa sangrenta guerra civil há décadas. A Venezuela vive grave crise institucional e política. A Argentina entrou em colapso econômico e enfrentou uma sucessão de renúncias presidenciais. Países como o Paraguai, Bolívia e Equador enfrentam manifestações sociais e crises institucionais e políticas. É em meio a este quadro internacional de crise que Lula assumiu a presidência com uma enorme festa do povo. Foi a festa da esperança, não só do povo brasileiro, mas dos latino-americanos e de outros povos do mundo, que olham para o Brasil, olham para o nosso governo, depositando sua fé na crença em nosso país de que um mundo melhor é possível. Como dissemos, herdamos uma herança perversa. Mas, constatada essa herança, precisamos voltar nossos olhos e nossas ações para o presente e para o futuro buscando revertê-la e lançar as bases da construção da grandeza do Brasil e do bem

estar do nosso povo, pois é isso o que verdadeiramente conta em termos políticos.

2 - As primeiras iniciativas do nosso governo no terreno político e na área internacional têm se revelado exitosas. Na montagem do governo define-se uma configuração de centro-esquerda, com clara hegemonia da esquerda, definida pela forte presença do PT e de seus aliados tradicionais. Além dos partidos de esquerda, - PT, PC do B, PV, PMN, PCB, PSB, PDT e PPS - e dos partidos de centro - PTB, PL e setores do PMDB - o governo é marcado por uma matização não partidária importante, representada pelos ministros da Agricultura e da Indústria e Comércio. Essa matização expressa a tentativa de construção de uma aliança com o empresariado nacional. O governo, sem ser um condomínio corporativo ou setorial, conta ainda com representantes das forças vivas da sociedade civil e dos movimentos sociais. No segundo e terceiro escalões, o governo é composto por quadros técnicos e políticos qualificados, aptos a desempenhar com competência a missão de governar bem e de mudar o Brasil. O PT continuará empenhado em ampliar, social e politicamente, a base de apoio do governo. Neste sentido, é preciso aprofundar o relacionamento com movimentos sociais e a sociedade civil e ultimar as negociações com outros setores partidários, principalmente com o PMDB.

3 - Concluída a tarefa de montagem do governo, a sociedade espera agora uma ação governamental com mais velocidade e eficácia, com mais unidade e sentido de articulação nas ações cotidianas e com mais definição quanto aos rumos estratégicos que se pretende imprimir. Ministros, secretários e integrantes dos outros escalões e diretores da administração indireta, não podem acomodar-se burocraticamente nos cargos, precisam adotar atitudes pró-ativas em relação aos projetos específicos e ao projeto geral do governo. A sociedade espera muito de nós. Por isso, com humildade, sem arrogância e com simplicidade, devemos envidar todos os esforços para não decepcioná-la. Visando ampliar a participação democrática, o governo deve tomar iniciativas de propor mecanismos de participação popular como o Orçamento Participativo e os conselhos nacionais setoriais para a elaboração de políticas públicas e do Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual.

4 - Na articulação política o governo teve sucesso ao construir candidaturas únicas para as presidências da Câmara e do Senado, na ampliação da base de apoio no Congresso, na inviabilização da formação de um bloco de oposição e no acordo institucional com os governadores em torno da necessidade das reformas. Passados pouco mais de dois meses de sua posse, o Presidente Lula já mostrou



que mudou a relação do Governo Federal com os governadores e com os prefeitos. Mostrou que o fortalecimento do pacto federativo é condição para a condução do país ao desenvolvimento e à justiça social e é compromisso central de governo. A reunião do presidente com os governadores e sua participação na VI Marcha de Brasília em Defesa dos Municípios sinaliza uma nova forma de Governo na sua relação com os entes federados. Com isso, pode-se indicar que o governo está consolidando posições excepcionais para aprovar as reformas da Previdência e Tributária. Dois fatores estão sendo determinantes para agregar essas condições. O primeiro, diz respeito à ampliação da base do governo no Congresso. O segundo, refere-se aos métodos democráticos, da busca de construção de consensos com os vários agentes interessados na discussão e aprovação das reformas. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é um instrumento inovador nesta busca de renovação de métodos democráticos no Brasil. Outro fator que favorece a aprovação das reformas é o interesse e a necessidade que a maior parte dos governadores tem em mudar a situação da Previdência e tributária.

5 - O lançamento do programa "Fome Zero" revelou o grande alcance e simpatia que esse extraordinário projeto obteve junto à comunidade brasileira e internacional. No entanto, o programa vem sofrendo críticas de vários setores, algumas pertinentes, outras superficiais. O PT entende que, de fato, o programa precisa definir melhor seu foco, seus instrumentos de implementação e os critérios de avaliação de resultados. Por outro lado, a área social do governo precisa reavaliar todas as políticas sociais setoriais, conferindo-lhes um sentido de coordenação e unidade. Uma política social coerente e eficaz para o país exige uma coordenação entre os programas nacionais com os programas estaduais e municipais, a definição clara de focos, de métodos e de critérios de avaliação. Somente com uma reestruturação nacional das políticas sociais dispersas e fragmentadas os recursos serão otimizados e os objetivos atingidos. A política social do governo Lula é necessária e

emergencial. Num país com mais de 50 milhões de pobres, a política social deve se constituir numa componente estrutural da política econômica do país, tendo em vista a integração de milhões de brasileiros ao mercado interno de massas, garantindo-lhes o acesso a direitos como saúde e educação e aos bens de consumo. Por isso, ao Fome Zero, torna-se necessário agregar ações e programas de geração de emprego e renda, de escolarização e qualificação de jovens e adultos, de apoio à reforma agrária e à agricultura familiar.

6 - Na área de segurança pública, o governo mostrou iniciativa e agilidade com suas ações, principalmente, nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. A modernização e o aparelhamento da Polícia Federal, uma ação integrada de órgãos federais para combater o crime organizado e a lavagem de dinheiro e a construção de presídios federais de segurança máxima, medidas que em parte já vem adotando, mostram-se tarefas urgentes. A criminalidade e o crime organizado expressam, hoje, pela sua complexidade e intensidade, temas de alta relevância social e política. Por isso, o governo deve agilizar a elaboração de um plano nacional de segurança pública junto com os Estados, sendo efetivo, eficaz e permanente, capaz de superar as promessas declaratórias dos planos dos governos anteriores, que só apareciam nos momentos de crises agudas de segurança.

7 - Quanto à política externa, a atuação do governo na crise da Venezuela e a iniciativa de propor a criação do "Grupo de Amigos" foi um lance de ousadia para o início de um governo. A iniciativa projetou a perspectiva de o Brasil vir a ocupar uma posição mais forte de liderança positiva no contexto da América Latina. Essa perspectiva foi reforçada na medida em que o Brasil passou a coordenar o "Grupo de Amigos da Venezuela". Na reunião do presidente Lula com o presidente da Colômbia evidenciou-se o potencial de liderança do Brasil na mediação e na busca de soluções para contenciosos e conflitos em nosso continente.

8 - A presença de Lula no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e no Fórum Econômico Mundial, em Davos, revelou-se um acerto. A re-

percussão internacional do discurso do Presidente na Suíça indica que o novo governo tem um campo fértil para projetar um papel mais ativo do Brasil no cenário mundial. Essa perspectiva é tanto mais real na medida em que há uma agenda internacional propícia às teses do novo governo. Essa agenda define-se, resumidamente, pelos seguintes pontos: o tema do protecionismo dos países ricos, os desequilíbrios crescentes entre países ricos e países pobres, as regras de comércio internacional envolvendo também as questões de patentes e direito de propriedade intelectual, o tema da pobreza, as questões ambientais etc. O Brasil e o presidente Lula podem assumir um papel de articulação e de liderança em torno dessa agenda.

9 - Tanto o governo quanto o PT agiram com acerto, desde a primeira hora, ao se posicionarem contra a possibilidade da guerra no Golfo Pérsico. O governo, através de gestões diplomáticas, inclusive com países envolvidos no centro do conflito. O PT, através de posicionamento público e participação ativa em manifestações antiguerreira. O posicionamento contrário à guerra, principalmente quando não há indícios evidentes de que o Iraque represente um perigo à paz, é um imperativo de ordem moral. Governo e PT devem pautar-se sempre pela busca de soluções pacíficas, seja em conflitos internos de países, ou seja, em conflitos entre nações. O pacifismo, aliás, pode ser considerado uma tradição brasileira e, para além dele, o Brasil deve posicionar-se contra a guerra também por interesse interno. Sem ser ainda desencadeada, a guerra já produz efeitos perversos na economia mundial, que flerta com a recessão, um decorrência da elevação do preço dos combustíveis, da deterioração da confiança e do aumento da aversão ao risco. As principais consequências do estado de guerra sobre a economia brasileira são as dificuldades na retomada do crédito externo, que contribuem para manter pressionadas as taxas de juros e de câmbio e a inflação - o que, por sua vez, bloqueia o nosso desenvolvimento econômico e mantém o desemprego elevado. Num momento em que o comércio entre Brasil e o mundo árabe apresenta enorme potencial de incremento, a guerra pode adiar e arruinar

essa perspectiva. Por tudo isso, o governo e o PT, cada um obedecendo suas especificidades, devem intensificar suas iniciativas contrárias à guerra.

10 - O PT entende que a participação do governo nas negociações da Alca devem ser pautadas pela defesa dos interesses do Brasil, a preservação da nossa soberania e a garantia de contrapartidas para compensar os desequilíbrios de mercados, de capacidade tecnológica e produtiva na relação entre a economia dos Estados Unidos e as economias dos países da América Latina. Para alcançar o objetivo de um acordo adequado para as economias dos países em desenvolvimento, o Brasil deve reforçar suas relações com os países latino-americanos, especialmente os países do Mercosul, visando agregar relações de força favoráveis aos interesses do Brasil e desses países, sem se submeter aos interesses do EUA. A busca de uma inserção soberana e não subalterna na economia mundial deve constituir-se no princípio orientador dos acordos comerciais bilaterais ou multilaterais que o Brasil venha a estabelecer com outros países ou bloco de países.

II - Política econômica

11 - O Brasil está criando as condições para mudar também na economia. Com coragem e determinação, o governo vem tomando as medidas necessárias, mesmo que duras, para que o Brasil possa ingressar num novo ciclo, de crescimento econômico, geração de emprego, estabilidade econômica e - ingrediente inédito - distribuição de renda. Este é o ano para colocar a casa em ordem. Esta casa que é o Brasil foi encontrada em precárias condições de habitação. O nosso governo herdou do passado um quadro de inflação alta, provocada por uma forte e rápida desvalorização do Real, de dívida pública elevada, de baixo nível de investimentos, de contração do crédito internacional e de desconfiança externa generalizada sobre a capacidade da nossa economia, suscitando uma elevação extraordinária do risco-Brasil e a desvalorização dos títulos da dívida brasileira.

12 - Com pouco mais de dois meses de governo, hoje, o quadro já é outro. A percepção interna e externa sobre a nossa economia melhorou sensivelmente, os títulos da dívida brasileira (C-Bond) estão sofrendo uma expressiva valorização, melhorando significativamente nossa posição relativamente aos demais países menos desenvolvidos, mesmo no caso de guerra. O risco-Brasil diminuiu para 1100 pontos. Com isso, o crédito e investimentos internacionais começam a dar sinais de retorno, tomando positivos os fluxos cambiais, o que viabiliza a manutenção do câmbio na faixa média de R\$ 3,50/US\$ 1, mas com tendência de queda.

13 - A desvalorização cambial e a contenção do crescimento, apesar de seus impactos indesejáveis, propiciaram uma melhora excepcional das nossas contas externas. O principal resultado po-

INTEGRA

sitivo foi o forte crescimento do superávit da balança comercial, que alcançou US\$ 13 bilhões no ano passado, e deverá ultrapassar os US\$ 15 bilhões este ano. Com isso o balanço de pagamentos, desde o ano passado, vem apresentando uma evolução positiva, com a diminuição do déficit em conta corrente de US\$ 23,2 bilhões, registrados em 2001, para US\$ 7,7 bilhões em 2002. É fundamental, no entanto, que essa trajetória persista 2003 em bases mais virtuosas. Vale dizer, sustentada mais pelo crescimento das nossas exportações do que pela redução das importações, de forma a propiciar um ajuste externo sustentável.

14 - Um dos principais problemas que a economia brasileira apresenta neste momento é o do aumento da inflação, que vem ocorrendo desde o final do ano passado. O aumento da inflação é a expressão da conjugação de vários fatores: impacto da desvalorização cambial ocorrida no ano passado; alta dos preços das tarifas administradas e daqueles com reajustes contratuais; aumento do preço internacional do petróleo; e deterioração das expectativas de inflação. É para evitar que fatores inerciais consolidem esse elevado patamar inflacionário e propiciar sua redução que, ocorreram as recentes elevações da taxa básica de juros. Trata-se, portanto, de uma alta transitória dos juros — ao contrário do que vinha ocorrendo no governo anterior, quando os juros eram estruturalmente elevados para premiar o risco do investimento financeiro no financiamento do déficit das contas externas. De fato, o combate à inflação é uma guerra absolutamente necessária porque ela deteriora o valor de compra dos salários atingindo, principalmente, os assalariados de baixa renda, e porque uma inflação elevada se traduz num ambiente econômico de incerteza e instabilidade, desfavorável ao investimento produtivo e, portanto, ao desenvolvimento.

15 - Outra medida dura e necessária que o governo foi obrigado a adotar consistiu na elevação do superávit primário para 4,25% do PIB, com o objetivo de buscar uma redução na relação dívida/PIB, que encerrou 2002 na faixa de 56%. Em 1994 essa relação era de 30%, número que revela o gigantesco endividamento que foi feito nos últimos oito anos. Esse esforço, apesar de trazer dificuldades à gestão das políticas públicas, é absolutamente necessário para mostrar que o Brasil tem capacidade de honrar seus compromissos, tese que defendemos na campanha. Etc é necessário, portanto, para melhorar a percepção acerca do desempenho fiscal do Brasil, condição necessária para a redução do prêmio de risco pago pelo país e, conseqüentemente, criar condições para a redução dos juros e aceleração do crescimento.

16 - Sempre foi a direita — veja-se o caso emblemático de Maluf — quem endividou irresponsavelmente o setor público, destruindo a capacidade de investimento do Estado por décadas. Basta olhar para o exemplo de nossas prefeituras para provar que o caminho da responsabilidade fiscal é um caminho que dá resultados, notadamente nas políticas sociais. Neste momento de aperto fiscal o que é necessá-

rio fazer, e o governo tem a percepção disso, é melhorar a qualidade do gasto, principalmente do gasto social. O Estado brasileiro tem uma tradição de gastar muito e de realizar pouco os objetivos. Trata-se de inverter essa equação. É preciso, também, redirecionar o destino dos fundos públicos, que em muitos casos financiam as elites e tornam-se instrumentos de concentração de renda. Esta é uma das condições para o retorno do investimento. O caminho que escolhemos é o de aprofundar a democracia, ampliar a participação, garantindo a afirmação da cidadania. Temos a convicção de que as medidas duras, necessárias e corajosas que estão sendo adotadas hoje, se traduzirão em benefício para toda a sociedade amanhã.

17 - Algumas alternativas que vêm sendo mencionadas a essas políticas de ajuste são retrocessos e vão de encontro aos compromissos assumidos em nossa campanha. Nas condições atuais, o uso do controle de preços para combater a inflação, além de duvidosa eficiência, suscitaria o aumento das desconfianças em relação ao novo governo, podendo aprofundar a crise econômica. Da mesma forma, a imposição de controles cambiais, hoje, exatamente no momento em que o nosso crédito externo vai sendo paulatinamente restaurado, tenderia a impor sacrifícios ainda maiores à população, em termos de crescimento e emprego. Além disso, o descumprimento de compromissos externos poderia evoluir perigosamente para o comprometimento da credibilidade também da dívida pública.

18 - Uma característica da política econômica do Brasil nas últimas décadas é que ela quase sempre foi muito conservadora, não tendo sido capaz de proporcionar crescimento econômico e geração de empregos com estabilidade de preços, equilíbrio das contas públicas e equilíbrio das contas externas. A história econômica do país é marcada por descontrole da inflação, das contas públicas e das contas externas. Em nenhum momento, ademais, definiu-se — como o fazemos agora — a melhora da distribuição de renda também como objetivo da política econômica. O grande desafio do nosso governo é o de potencializar as condições necessárias para que o crescimento com distribuição de renda seja uma característica estrutural da nossa economia e da nossa sociedade — não apenas nestes quatro anos, mas nas próximas décadas.

19 - A retomada do desenvolvimento e a geração de emprego, proposta central do nosso programa, precisam tornar-se prioridade absoluta do nosso governo. O Brasil precisa sair da armadilha do baixo crescimento. No período de 1991-2001, o crescimento médio do PIB foi de apenas 2,55%. No ano passado, o crescimento não ultrapassou 1,52%. Esse crescimento pífilo é a causa principal que produz o desastre do desemprego, que continua crescendo, como mostram os últimos números. Indicadores sugerem que só para absorver os novos contingentes de mão de obra que aporta ao mercado de trabalho e para sustentar os níveis de emprego existentes, nosso país precisa crescer a uma taxa média de, aproximadamente, 4% ao ano.

Adotar políticas pró-ativas de geração de emprego não é apenas responsabilidade da área econômica, mas de todo o governo.

20 - A aprovação das reformas da Previdência e Tributária serão fundamentais para a retomada do crescimento econômico. A reforma da Previdência, porque, além de suas implicações específicas, apontará para uma perspectiva de estabilização fiscal de longo prazo. Criará um ambiente favorável e maior segurança para investimentos tanto internos quanto internacionais. Na Reforma da Previdência, por outro, o compromisso social do nosso governo e a alternativa ao modelo conservador vigente ou anteriormente proposto ficarão bem claros, na forma e no conteúdo. O diálogo com a sociedade e suas instâncias organizadas está aberto, e orienta nossas formulações. E ele se refletirá num projeto cuja tônica será mais do que o ajuste fiscal: a proteção social. A reforma Tributária, porque, além de introduzir a justiça fiscal, poderá produzir efeitos imediatos se desonerar a produção, o trabalho e as exportações e se bloquear a guerra fiscal, que produz um jogo onde quase todos eles e a economia perdem. A idéia das reformas, na tradição dos partidos de esquerda e na nova gramática do poder de nosso governo começa praticar, tem um sentido claro. São processos voltados para a consolidação democrática legal, o alargamento dos direitos sociais e, conseqüentemente, para a melhoria das condições de vida do cidadão.

21 - Gerar emprego e ativar a produção exige, hoje, a expansão e o barateamento do crédito. Em parte, isso já foi determinado pelo governo, que orientou os bancos públicos — BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste — para que disponibilizem mais linhas de crédito, principalmente, para os pequenos e médios empreendimentos. Para exemplificar, no programa da agricultura familiar, os assentados pagam juros de 1,15% ao ano, sem correção, com redutor de 40% sobre o montante da dívida e os agricultores familiares do semi-árido nordestino pagam juros de 3% ao ano, sem correção. Para que a rede bancária privada também expanda o crédito, com taxas mais baixas, é necessário que o país agregue maiores garantias jurídicas. A aprovação da nova Lei das Falências poderá ser um passo nesse sentido. Mas ativar a economia e gerar emprego significa melhorar a qualidade do ensino e incrementar o ensino profissionalizante, qualificar melhor a mão de obra, investir em Pesquisa e Desenvolvimento, incentivar o desenvolvimento nacional em tecnologia de ponta articulando o poder de compra do Estado e a participação da comunidade científica e tecnológica e do empresariado, adotar programas de desenvolvimento econômico local e regional, melhorar a infra-estrutura, desenvolver o turismo e fazer crescer e melhorar a qualidade das exportações. Justiça e bem estar duradouros serão trazidos com progresso sustentável, no sentido social, político, econômico e ambiental do termo. É esse imenso desafio que o governo precisa enfrentar. É esse objetivo que a sociedade brasileira quer ver realizado.

22 - Na criação das agências reguladoras, no governo anterior, o PT apresentou emendas propondo que houvesse um controle público sobre as mesmas e que elas tivessem uma relação adequada com o Executivo. Hoje, essas Agências, revelam-se poderes anti-republicanos, sem controle da sociedade, sem controle do governo e capturadas pelas empresas que deveriam ser reguladas. Assim, nas áreas de prestação de serviços essenciais à população, como energia, comunicações e combustíveis, ocorre uma total falta de regulação pública decorrente da extrema autonomia das agências. Para que as agências adquiram um caráter realmente público e regulador, o PT e suas bancadas farão gestões junto ao Executivo e ao Congresso para que o papel das mesmas seja revisto e para que sejam submetidas a controles públicos e sociais. O governo deve agir para rever a competência dessas agências, conter seus abusos, que vem sendo praticados nas tarifas das empresas privatizadas, principalmente no setor de energia e telefonia. O governo deve esclarecer a população sobre o fato de que não é responsável pela elevação dos preços das tarifas, que já está prevista nos contratos de privatização.

Resolução sobre as reformas

23 - O Diretório Nacional do PT reafirma a necessidade de implementar o programa de reformas defendido no Programa de Governo que elegeu Lula presidente: Reforma Tributária, Reforma da Previdência, Reforma Agrária, Reforma Trabalhista e Reforma Política. Esse programa de reformas é necessário para estabilizar a economia, criar as condições para o crescimento econômico e geração de empregos, introduzir a justiça fiscal, fundar um sistema justo de proteção social e solidariedade, modernizar as relações de trabalho e aprofundar a democracia, garantida a participação e os direitos fundamentais de cidadania. As propostas de Reforma Tributária, Previdenciária e Trabalhista devem levar em consideração a instituição de uma Renda Básica de Cidadania como a base de rendimento a que todo(a) brasileiro(a) deve ter acesso como direito de participar da riqueza da nação. Conforme consta no programa de governo do Presidente Lula, os diversos programas de transferência de renda, como os de renda mínima associada à educação ou à saúde, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Renda, Cartão Alimentação e outros, devem ser vistos como passos na direção de uma Renda Básica de Cidadania. A bancada do PT na Câmara dos Deputados, em harmonia com o Poder Executivo, deverá acompanhar com atenção a tramitação do PLS 266/2001 ou o PLC 254/2003 que cria a Renda Complementar de Cidadania, de maneira compatível com as reformas Tributária, Previdenciária e Trabalhista.

24 - O Diretório Nacional do PT considera que o Partido agrega consensos significativos sobre a maior parte dos temas das Reformas. No entanto, é necessário reafirmar algumas decisões sobre alguns pontos. O PT defende uma Reforma Agrária e uma

política agrícola, nos termos que sustentamos na campanha eleitoral. Trata-se de uma reforma ampla, democrática, participativa, pacífica, com respeito ao Estado Democrático de Direito. A Reforma da Previdência que defendemos tem como objetivo instituir a justiça social e orçamentária, garantindo a sustentabilidade do sistema, assegurando e protegendo os direitos das presentes e das futuras gerações a uma aposentadoria digna. Hoje 40,7 milhões de pessoas, com mais de 18 anos de idade estão fora do sistema previdenciário, o que representa 57,7% da população ocupada. Devemos buscar um sistema previdenciário socialmente justo e atuarialmente seguro, fazendo com que mais recursos orçamentários sejam destinados para outras áreas sociais e para investimentos, com vistas a gerar emprego e renda.

25 - O PT condena a formação de milícias armadas por latifundiários por entendê-las desafiadoras do Estado de Direito, estimuladoras dos conflitos agrários e potencialmente desestabilizadoras de um programa de Reforma Agrária pactuado com as forças democráticas do país, respeitando o Estado Democrático de Direito pretendido pelo Governo Lula. De outra parte o PT manifesta apoio integral aos pronunciamentos e iniciativas do Ministro do Ministério do Desenvolvimento Agrário, visando construir as condições políticas para a substituição dos dispositivos da MP nº 2.183, repressivos aos trabalhadores rurais e restritivos aos programas de Reforma Agrária.

26 - A Reforma da Previdência deve ter como meta a criação de um sistema previdenciário básico e universal, público, compulsório, para todos os brasileiros e residentes no Brasil, do setor público e privado. Reafirmando o que diz o programa de governo, o sistema deve ter caráter contributivo e de repartição simples, com benefícios claramente estipulados e o valor do piso e do teto de benefícios de aposentadoria claramente definidos. Os aposentados e pensionistas do sistema universal básico deverão ser isentos de qualquer contribuição. A gestão deve ser democrática, a cargo de um órgão quadripartite e deliberativo, incluindo representantes do Estado, dos trabalhadores da ativa, dos aposentados e dos empresários. Deverá ser constituído um sistema de planos complementares de aposentadoria, público ou privado, com ou sem fins lucrativos, de caráter facultativo, sustentado por contribuições de empregados e empregadores, destinado aos trabalhadores do setor público e privado, com a finalidade de assegurar benefícios de aposentadoria acima do teto previsto no sistema público básico e universal. O sistema complementar dos servidores deve se dar através de Entidades Fechadas de Previdência Complementar, de caráter facultativo, sem fins lucrativos, gerido de forma paritária entre os entes federativos e os participantes. E para da exemplo e sinalizar para a população em lutar por uma Previdência pública que caminhe para a unificação de regras e critérios, nossa bancada, no Congresso, deve propor o fim do Fundo de Previdência Parlamentar e que todos os deputados e senadores,

como já acontece nas Assembleias Legislativas, paguem o INSS. Isso será simbólico para a população e para nos dar autoridade para enfrentar outros privilégios no judiciário, na área militar e os privilégios existentes nos Estados.

27 - Por fim, o Diretório Nacional afirma que a presença do PT no governo é fundamental, imprescindível, para realizar as transformações que o Brasil precisa. Por isso, nenhum dirigente, nenhum militante deve ter dúvidas do apoio que um PT autônomo, fortalecido, deve dar ao governo. O Diretório Nacional do PT entende que a grande tarefa de todo o Partido, nacionalmente, é a de garantir o êxito e a sustentabilidade política e social do governo Lula. O PT deve se constituir na força política fundamental para garantir o êxito do governo no Executivo e para garantir o apoio necessário no Legislativo e na sociedade. O sucesso do governo Lula é imprescindível para que a tarefa de mudar o Brasil, tendo em vista uma sociedade justa, equitativa e solidária se realize. A sociedade espera muito do governo do PT. Nunca será demais repetir que a nossa responsabilidade é imensa. Nunca será demais repetir que não podemos falhar. O PT e muitos dos seus partidos aliados são constituídos por militantes que empenharam suas vidas para mudar o Brasil. São os sonhos e esperanças dos militantes abnegados, dos mais velhos aos mais jovens, que estão em jogo. E, acima de tudo, são os sonhos e esperanças do povo brasileiro, do povo mais sofrido, que não podem se frustrar. A crise internacional e os impasses estruturais da economia brasileira, se criam enormes dificuldades, constituem também a possibilidade de iniciarmos um novo ciclo de desenvolvimento, agora sob novas bases. Foi reagindo à situação de brutal crise, nas décadas de 30 e 70, que o Estado brasileiro desencadeou políticas que consolidaram a industrialização nacional. Nosso desafio, à diferença daquelas duas situações, é desencadear um novo ciclo de desenvolvimento, sob condições democráticas e conduzido por um novo governo hegemônico pela esquerda, portanto, um crescimento organizado em torno do objetivo de elevar as condições de vida da maioria do povo brasileiro. Neste momento histórico que o Brasil vive, são muitos os partidos, organizações, movimentos, intelectuais e jovens do mundo todo que voltam suas atenções para o nosso país e para o governo Lula. O sucesso do governo Lula é condicional para o despertar de uma nova esquerda no mundo. O sucesso do governo Lula é fundamental para que os valores que alimentaram as melhores utopias rejuvenesçam, floresçam e dêem novos frutos.

Resolução sobre a realização de seminários

O Diretório Nacional do PT decide realizar dois seminários, um sobre a Reforma da Previdência e outro sobre a Política Econômica e de Desenvolvimento. Para tanto, delega à Comissão Executiva Nacional a organização destes seminários em conjunto com a Fundação Perseu Abramo.

São Paulo, 15 e 16/3/2003

GOVERNO LULA

PPA terá participação da sociedade



Lula e ministros reunidos na Granja do Torto, quando discutiram o novo Plano Plurianual do governo federal

O PLANO PLURIANUAL, QUE CONTERÁ O PLANEJAMENTO ECONÔMICO DO PAÍS PARA DE 2004 A 2007, RECEBERÁ CONTRIBUIÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

O planejamento econômico do país para os próximos quatro anos terá forte participação da sociedade civil. A proposta inédita para a elaboração do Plano Plurianual 2004-2007 (PPA), a ser encaminhado em agosto ao Congresso Nacional, foi anunciada no dia 19 pelo ministro do Planejamento, Guido Mantega, e pelo secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci. "Não será um planejamento burocrático de iluminados, mas a sociedade vai se manifestar", disse Mantega.

O ministro do Planejamento explicou que o objetivo do PPA é conquistar mais respeitabilidade e confiança no país com uma política macroeconômica consistente. O plano, segundo o ministro, será uma agenda de desenvolvimento que objetive a estabilidade, o equilíbrio fiscal e a redução da inflação para criar condições de crescimento econômico.

Já estão previstos contatos dos Ministérios com as principais entidades nacionais empresariais, sindicais, ruralistas, científicas, religiosas, estudantis, entre outras, para a montagem de um calendário de reuniões. O ministro Dulci quer que o PPA esteja na pauta de discussão, "ocupando um lugar importante" em eventos de entidades empresariais ou congressos da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Força Sindical, SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), que ocorrem neste período.

Dulci informou também que, independente da discussão do PPA no Congresso, o governo quer o envolvimento de parlamentares com suas bases eleitorais para a discussão, assim como dos entes federativos, governos estaduais e municipais. O ato de lançamento deste processo de discussões será no dia 16 de abril, já com um portal específico na internet.

O governo quer estimular a criação de fóruns da sociedade civil. Os debates devem prosseguir até o dia 30 de julho, sendo que a partir de 15 de junho ocorrerem audiências públicas nos Estados com presença de ministros.

Consultas

As discussões em torno do PPA não terão caráter de

liberativo, pois este papel será do Congresso. Dulci frisou esta característica como a principal diferença para o Orçamento Participativo aplicado pelo PT em prefeituras e governos estaduais.

"Embora haja uma inspiração no OP, estamos falando de planejamento e não de definição orçamentária", explicou. As dimensões de um OP nacional inviabilizam esta possibilidade, mas Dulci fez questão de ressaltar que a discussão sobre o PPA será descentralizada. "Vamos além do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que vem tendo um papel importante na discussão das reformas estruturais", acrescentou.

O ministro analisou os "ensaios de planejamento" do governo anterior. Em sua opinião, a elaboração tecnocrática e verticalizada do "Avanço Brasil" era um de seus principais vícios de origem, por não visar a coesão social. Mantega considera o PPA do governo Fernando Henrique Cardoso "megalomaniaco e mirabolante" por prever investimentos difíceis de mobilizar. "Este PPA será menos ambicioso e mais exequível, por prever recursos disponíveis", disse.

"Cada ministro será um agente do plano". Segundo Mantega, o PPA será um instrumento de maximização das ações de Estado. Ele explicou que os ministérios terão sua ação coordenada pelo planejamento. "O PPA será um planejamento regionalizado, em parceria com os Estados", afirmou o ministro.

Recursos

Mantega esclareceu que as fontes de recursos não orçamentárias para a implementação do PPA envolverão desde aumento de crédito no setor privado até a ação coordenada de bancos públicos. "O BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] acaba fornecendo crédito para ações isoladas sem um planejamento econômico do governo."

O ministro aposta que o contingenciamento de recursos não atinja o governo como neste ano, já que em 2003 as contas mais equilibradas. "Estamos vivendo o pior período, para reequilibrar as contas públicas para um período de crescimento maior", afirmou.

Área social exige ação decisiva

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, declarou que o governo Lula terá uma ação mais decisiva para a economia do país, em oposição à atitude do governo FHC. Segundo ele, o Plano Plurianual 2004-2007 deverá conter ações que alavanquem o desenvolvimento do país e o programa de governo defendido durante a campanha eleitoral será a bússola para a condução das ações.

"O grande objetivo é atacar, de forma organizada, aquelas desigualdades sociais

e regionais que o mercado não resolve espontaneamente", declarou o ministro.

Mantega explicou que a "intervenção ativa do Estado na lógica de mercado", se dará por meio de programas sociais, investimentos em infra-estrutura e a definição de uma política industrial e agrícola para o país, assim como uma política de comércio exterior "mais agressiva". "É preciso aumentar a competitividade das empresas brasileiras com desoneração tributária, investimentos em trans-

porte, tecnologia, energia e comunicação."

O ministro esclareceu que o impacto da reforma tributária sobre o desenvolvimento do país será mais desonerador da produção do que arrecadatório. Mantega acredita que a reforma tem condições de ser definida ainda neste ano. Para ele, os governadores são uma força política inquestionável e estão ansiosos pela reforma. "A meu ver, colheremos frutos ainda neste ano", disse.

O ministro afirmou que o

governo tem pensado um conjunto de medidas para manter a estabilidade da economia com a guerra no Iraque, como taxa de juros realista, que só cai com a inflação, e meta de superávit primário, como precauções em momentos de tensão externa.

"Estamos criando condições para a redução dos juros, senão não há crescimento econômico", disse. "O Brasil é um dos países emergentes que menos tem sofrido as repercussões da guerra e reagido melhor a ela."

Economia apresenta melhoras

O desempenho dos indicadores tem demonstrado, segundo analistas, o acerto da política econômica no início do governo Lula. Em fevereiro, por exemplo, a inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), usado no sistema de metas de inflação do Banco Central, foi de 1,57%. Em 12 meses, porém, o índice ficou em 15,85%, acima do resultado de período imediatamente anterior (14,47%).

Em janeiro e fevereiro, a taxa básica de juros sofreu aumentos para, segundo o

Banco Central, provocar queda na inflação e fazer com que a expectativa do mercado para a taxa anual de 2003 se aproxime da meta prevista pelo governo (8,5%).

Mesmo com o pessimismo em razão dos efeitos da ação militar dos EUA no Iraque, a avaliação do governo Lula é que a desaceleração da inflação começou de fato — não é apenas uma oscilação momentânea, mas uma tendência. "Acertamos o rumo", comentou o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, ao jornal *Valor Econômico* na edição

de 18 de março último.

Ele disse que não a taxa de juros não deve cair se não houver uma tendência consistente na queda da inflação, para não haver oscilações e, portanto, desconfiar no mercado, por falta de uma política econômica sólida. "Juros é uma porta que você abre e fecha", disse. Ou seja, as taxas podem ser aumentadas ou reduzidas conforme o comportamento da inflação.

Além da inflação, outros indicadores econômicos tiveram desempenho positivo. Em entrevista, o líder do governo

no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), citou que o déficit comercial nas contas externas, que foi superior a US\$ 25 bilhões, em 2001, está previsto para ser inferior a US\$ 5,6 bilhões neste ano.

Ele comemorou também a queda do risco país, de mais de 2,4 mil pontos em outubro do ano passado para menos de 1,2 mil pontos atualmente. Lembrou ainda que os principais títulos da dívida externa brasileira, os C-Bonds, se valorizaram, valendo, no mercado secundário, 74% de seu valor de face.

NOTAS

Igualdade racial ganha secretaria

Luiz Inácio Lula da Silva criou no dia 21 de março, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, a Secretaria Especial de Política para a Promoção da Igualdade Racial, um órgão de assessoramento direto da Presidência. A petista Matilde Ribeiro, 42 anos, assumiu o comando do órgão, que tem status de ministério.

Segundo o secretário na-

cional de Combate ao Racismo do PT, Márcus das Chagas, a nomeação, sugerida pelo setorial do partido, obteve uma coesão inédita dos movimentos sociais, sindical e de mulheres do país. "Foi uma vitória do PT e dos movimentos da sociedade civil", disse.

Matilde coordenou o programa que levou à elaboração do caderno "Brasil Sem Racismo", publicado na campanha, e participou da equipe de transição. É doutora em serviço social pela PUC-SP e assessorou o Centro de Estudos sobre Trabalho e Desigualdades e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.



As ministras Benedita da Silva e Matilde Ribeiro (dir.)

ACM será investigado no Senado

Por nove votos favoráveis e seis contrários, o plenário da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar do Senado decidiu, no último dia 18, acatar requerimento do PT e instalar uma sindicância para investigar o suposto envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFI-BA) no caso dos grampos telefônicos na Bahia.

Segundo o líder do PT no

Senado, Tião Viana (AC), a apuração da denúncia seguirá o mesmo caminho que as investigações que resultaram na renúncia do então senador Jader Barbalho (PMDB-PA) e no caso do escândalo do painel eletrônico, que resultou na primeira renúncia de ACM.

O presidente da comissão, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), indicou Geraldo Mesquita (PTB-AC) para ser o relator. Juvêncio sugeriu que a sindicância comece ouvindo os jornalistas Luiz Cláudio Cunha e Weiler Diniz, da revista *Isis*, que afirmam possuir uma gravação com indício do envolvimento de ACM.

INTERNACIONAL

Lula condena conflito no Iraque

PRÉSIDENTE FAZ PRONUNCIAMENTO EM RÁDIO E TV SOBRE A AÇÃO DO GOVERNO DOS EUA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lamentou, em pronunciamento em rádio e TV no dia 20, o início da ação militar dos EUA no Iraque. Na véspera, em entrevista, Lula afirmou que o ataque, que teve do Reino Unido e da Espanha, "desrespeita a ONU [Organização das Nações Unidas], não leva em conta o Conselho de Segurança, não leva em conta o que pensa o restante do mundo. E acho que isso é grave". E continuou: "Todos nós queremos que o Iraque não tenha armas atômicas, não tenha armas de extermínio em massa. Todos nós queremos que o mundo viva em paz. Agora, isso não dá o direito aos Estados Unidos de sozinhos decidirem o que é bom e o que é ruim para o mundo". Leia a íntegra do pronunciamento:

Eu quero me dirigir a vocês, da imprensa brasileira e ao povo brasileiro, para lamentar o início da ação armada no Iraque e, em particular, o recurso à força e sem autorização expressa do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Desde que assumi a Presidência, tomei uma série de iniciativas em busca de uma solução pacífica para a crise, com o pleno cumprimento pelo Iraque das resoluções do Conselho de Segurança.

Nesse sentido, conversei, pessoalmente e por telefone, com vários líderes e governantes do mundo. Até o último momento, estive empenhado em buscar uma solução negociada. Com este objetivo, fiz repetidos contatos com o secretário-geral das Nações Unidas. Da nossa parte, a diplomacia brasileira e eu pessoalmente fizemos todo o possível para que o conflito fosse evitado.

Diante do início da guerra, preocupamos-nos o sofrimento de inocentes, cujas vidas devem ser preservadas. Faço um apelo para que sejam respeitadas as normas do direito internacional humanitário, principalmente no que se refere à proteção das populações civis e dos refugiados.

Inquietam nos também repercussões regionais e internacionais do conflito. Não queremos ver o agravamento da instabilidade no Oriente Médio, região de onde descendem milhões de brasileiros e brasileiras e à qual nos unem laços de amizade e cooperação. Todos precisamos de estabilidade e de paz, para levar adiante nossa luta pelo desenvolvimento econômico com justiça social.

Estamos tomando todas as providências para que o povo brasileiro não sofra com os efeitos da guerra. Estamos cuidando do abastecimento, da saúde, da vigilância de nossas fronteiras, e do apoio aos brasileiros, que vivem na região afetada pelo conflito.

Estou certo de que, com todas essas atitudes, interpreto o sentimento do povo brasileiro, que deseja viver num mundo pacífico, em que as normas do direito internacional sejam plenamente respeitadas.



Lula lê o pronunciamento em que manifestou a posição brasileira contrária à ação militar dos EUA no Iraque

Protesto reúne 40 mil em SP

O PT participou no último dia 15 das manifestações pela paz e contra a guerra em todo o país. Em São Paulo, o protesto reuniu mais de 40 mil pessoas no parque Ibirapue

ra, segundo a Guarda Civil Metropolitana. A Secretaria Nacional de Mobilização do PT está planejando uma vigília no vão livre do Masp (Museu de Arte de São Paulo).



Mulheres participam de manifestação no dia 8 de março, contra a guerra, e no ato realizado no dia 15 (no alto, à dir.)

Em nota oficial, PT defende paz

O PT divulgou no dia 20 nota sobre a ação militar dos EUA contra o Iraque, assinada pelo presidente do PT, José Genoíno, e pelo secretário de Relações Internacionais, senador Aloizio Mercadante (SP). Leia a íntegra:

Diante dos ataques perpetrados nas últimas horas pelos Estados Unidos contra o Iraque, o Partido dos Trabalhadores vem a público condenar a deflagração do conflito, em especial pelas graves consequências que sofrerão as populações civis da região e pela violação do Direito In-

ternacional e da Carta das Nações Unidas.

O PT reitera sua posição tradicional de defesa da negociação como meio para a resolução dos conflitos e preservação da paz mundial. O entendimento entre os povos é condição necessária para a democracia e o desenvolvimento com justiça social.

Apoiamos as Nações Unidas, em especial os representantes do Conselho de Segurança que não cederam às pressões dos países belicistas e preservaram o papel da organização mundial como ins-

trumento de negociação pacífica.

Manifestamos também nossa imensa preocupação com a expansão do unilateralismo nas relações internacionais. Os países que estão atacando o Oriente Médio desrespeitam normas consensuadas pela comunidade internacional, com base no reconhecimento da soberania das nações e dos povos.

Nós nos congratulamos com o governo brasileiro que, compartilhando a indignação da grande maioria do nosso povo, conclama ao respeito às

normas humanitárias e faz um apelo à restauração da paz, ao respeito da integridade territorial do Iraque e à solidariedade com seu povo.

O PT, interpretando o sentimento pacífico do povo brasileiro, manifesta sua indignação e chama os partidos políticos e a sociedade brasileira para manifestar publicamente o repúdio à continuidade das agressões armadas e exigir a imediata cessação do fogo, em prol do multilateralismo como expressão legítima dos interesses das nações e dos povos.

Ato contra a guerra marca o 8 de março

A comemoração do Dia Internacional da Mulher foi marcada pelas manifestações contra a ação militar dos EUA no Iraque. Segundo a secretária nacional de Mulheres, Conceição Nascimento, o PT, em conjunto com movimentos sociais, entidades e organizações, definiu para o dia 8 de março o mote "Mulheres em luta contra todos os tipos de guerra".

A iniciativa foi um esforço para unir duas importantes bandeiras, uma em defesa da mulher e outra contra a guerra no Iraque. De acordo com Conceição, o sexo feminino é sempre muito sacrificado na maioria das guerras. "Há um grande número de estupros e até morte de mulheres", afirmou.

Também foi comemorada a série de projetos do governo Lula em favor da mulher, a começar pela elevação ao status de ministério da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, comandada pela petista Emília Fernandes. "O fato de ter-se dado maior poder para a secretaria já comprova o compromisso do governo com a questão", disse Conceição.

Homenagem

No último dia 12, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez, no Palácio do Planalto, uma homenagem às mulheres, na presença de ministras, secretárias de Estado, embaixadoras, embaixatrizes e mulheres envolvidas em movimentos sociais.

Lula reafirmou a prioridade da mulher em seu governo — "Elas têm de ser protagonistas desse novo momento político", disse — e anunciou o combate à discriminação na cidade e no campo e contra as mulheres negras, além do destaque às mulheres pobres no Fome Zero. O presidente destacou ainda as ações contra a exploração sexual contra crianças e adolescentes.